



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA BARRA - MG

SETOR JURÍDICO

Trav. Ary Brasileiro de Castro, n.º 242 - Centro - CEP.: 37.945-000 - Fone: (35) 3523-9101
CNPJ N.º 01.729.464/0001-04 / Inscrição Estadual: Isenta.

Email: secretaria@saojosedabarra.mg.leg.br

Site: www.saojosedabarra.mg.leg.br

PARECER JURÍDICO Nº 064/2024

Dispensa de Licitação nº 014/2024

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 75, II da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021

OBJETO: O presente tem por objeto a contratação de empresa especializada em serviço de decoração, montagem e ornamentação da Câmara Municipal para sessão solene de posse dos Vereadores, Prefeito e Vice-Prefeito eleitos.

SOLICITANTE: Michelle de Souza Cubas Paula, Agente de Contratações Públicas da Câmara Municipal de São José da Barra/MG.

RELATÓRIO

Trata-se de Procedimento n.º 019/2024, Dispensa de Licitação nº 014/2024, para a contratação de empresa especializada em serviço de decoração, montagem/desmontagem e ornamentação da Câmara Municipal para sessão solene de posse dos Vereadores, Prefeito e Vice-Prefeito eleitos, no valor estimado de R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais). O procedimento está sendo realizado por meio de Dispensa de Licitação, com fulcro no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

O presente procedimento foi encaminhado à Assessoria Jurídica para exercício do controle prévio de legalidade, assentado no artigo 53, § 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021, que assim dispõe:

“Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.”

§ 4º Na forma deste artigo, o órgão de assessoramento jurídico da Administração também realizará controle prévio de legalidade de contratações diretas, acordos, termos de cooperação, convênios, ajustes, adesões a atas de registro de preços, outros instrumentos congêneres e de seus termos aditivos.”(grifo meu)

Documentos acostados aos autos, dentre outros:

1. Solicitação de abertura de Licitação em fls. 02;
2. Autorização da Mesa Diretora da Câmara Municipal para abertura do procedimento administrativo nº 013/2024, Dispensa de Licitação nº 0014/2024 em fls. 03;
3. Termo de Abertura em fls. 04;
4. Portaria de nomeação de Agente de Contratação em fls. 05;
5. Solicitação/Autorização da Mesa Diretora da Câmara Municipal em fls. 09;
6. Termo de Abertura para Elaboração de Formalização de Demanda(DFD), Estudo Técnico Preliminar(ETP), Termo de Referência(TR) e Consolidação de Pesquisa de Preço(CPP) em fls. 11;



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA BARRA - MG
SETOR JURÍDICO



Trav. Ary Brasileiro de Castro, n.º 242 - Centro - CEP.: 37.945-000 - Fone: (35) 3523-9101

CNPJ N.º 01.729.464/0001-04 / Inscrição Estadual: Isenta.

Email: secretaria@saojosedabarra.mg.leg.br

Site: www.saojosedabarra.mg.leg.br

7. Documento de Formalização de Demanda (DFD) fls. 12 a 14;
8. Documento Contábil informando a disponibilidade de dotação orçamentária fls. 16;
9. Termo de Referência(tr) fls. 17 a 20;
10. Pesquisa de mercado em fls. 21 a 27;
11. Consolidação da pesquisa de preços em fls. 28 a 29;
12. Memorando do setor contábil, confirmando a existência de dotação orçamentária e Declaração do Ordenador de Despesas da adequação e compatibilidade orçamentária para contratação, fls. 32 e 33;
13. Memorando com solicitação de parecer jurídico, fls. 34;

Por essa razão, encontra-se assegurada a regularidade jurídica da instrução da fase interna (preparatória) do presente Procedimento Licitatório, vez que observada a sua compatibilidade com aquilo que define o ordenamento jurídico vigente, isso porque junto a solicitação de abertura do procedimento licitatório encontra-se todos os documentos necessários para dar seguimento ao certame.

Têm até aqui o presente Procedimento 34(trinta e quatro) folhas, inclusa à solicitação deste Parecer, em fls. 34.

É o breve relato dos fatos.

Passa-se à apreciação.

DOS LIMITES DA ANÁLISE E MANIFESTAÇÃO JURÍDICA

Preliminarmente, cumpre salientar que a presente manifestação toma por base, exclusivamente, os elementos que constam, até a presente data, nos autos do processo administrativo em epígrafe. Destarte, incumbe a esta assessoria/parecista, prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar à conveniência e à oportunidade dos atos praticados pela autoridade assessorada, nem analisar os aspectos de natureza eminentemente técnica ou administrativa constante do processo, conforme, por analogia, o procedimento recomendado pela Consultoria Geral da União, mediante o Enunciado BPC n.º 7, da Consultoria-Geral da União:

"A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento."

A função de um órgão de consultoria jurídica é indicar possíveis riscos do ponto de vista jurídico e recomendar providências, para salvaguardar a autoridade assessorada, a quem compete avaliar a real dimensão do risco e a necessidade de se adotar ou não a precaução recomendada. Importante salientar que, como o exame dos autos processuais restringe-se aos seus aspectos jurídicos, excluídos, portanto, aqueles de natureza técnica, parte-se da premissa de que, em relação a estes, a autoridade competente municiou-se dos conhecimentos específicos



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA BARRA - MG

SETOR JURÍDICO

Trav. Ary Brasileiro de Castro, n.º 242 - Centro - CEP.: 37.945-000 - Fone: (35) 3523-9101

CNPJ N.º 01.729.464/0001-04 / Inscrição Estadual: Isenta.

Email: secretaria@saojosedabarra.mg.leg.br

Site: www.saojosedabarra.mg.leg.br



imprescindíveis para a sua adequação às necessidades da Administração, observando os requisitos legalmente impostos.

De outro lado, cabe esclarecer que, via-de regra, não é papel do assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos. Incumbe, isto sim, a cada um destes observar se os seus atos estão dentro do seu espectro de competências. Assim sendo, o ideal, para a melhor e completa instrução processual, é que sejam juntadas ou citadas as publicações dos atos de nomeação ou designação da autoridade e demais agentes administrativos, bem como, os Atos Normativos que estabelecem as respectivas competências. Outrossim, considera-se importante salientar que determinadas observações são feitas sem caráter vinculativo, mas em prol da segurança da própria autoridade assessorada a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações. Não obstante, as questões relacionadas à legalidade serão apontadas para fins de sua correção.

FUNDAMENTAÇÃO

Da Contratação Direta com base no Art. 75, II da Lei Federal n.º 14.133/2.021

Impende consignar que a Constituição da República, em seu art. 37, inciso XXI, dispõe sobre a obrigatoriedade de a Administração Pública licitar, ressalvados os casos legais em que a lei preveja as situações de dispensa e inexigibilidade, que constituem as hipóteses de contratação direta, *litteris*:

“CF, Art. 37 - (...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.”

Portanto, a licitação pública, pode ser definida como o meio através do qual a Administração Pública contrata, garantindo o cumprimento dos princípios constitucionais da legalidade, isonomia, moralidade, impessoalidade, dentre outros, buscando, ainda, a seleção da proposta mais vantajosa. A licitação é, portanto, nada mais que um torneio no qual vários interessados em contratar com a Administração Pública disputam entre si a oportunidade de negócio oferecida pela Administração. Em que pese o teor do regramento geral do acima citado dispositivo constitucional, e que em razão dessa natureza deve ser observado com rigor, tal princípio por óbvio, admite exceções. O Eminente administrativista pátrio Ivan Barbosa Rigolin, ensina que:

“(…) Licitação não é apenas um ato, mas todo um complexo procedimento administrativo através do qual a Administração elege, entre várias possíveis, a proposta mais vantajosa a seu interesse – que é sempre o interesse público –, com vista a algum contrato, em geral de aquisição de material ou de serviço, que pretenda celebrar (...)”

3



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA BARRA -MG

SETOR JURÍDICO

Trav. Ary Brasileiro de Castro, n.º 242 - Centro - CEP.:37.945-000 - Fone: (35) 3523-9101

CNPJ N.º01.729.464/0001-04 / Inscrição Estadual: Isenta.

Email: secretaria@saojosedabarra.mg.leg.br

Site: www.saojosedabarra.mg.leg.br

A seu turno, Celso Antônio Bandeira de Melo, leciona que:

"(...) Licitação é o procedimento administrativo pelo qual uma pessoa governamental, pretendendo alienar, adquirir ou locar bens, realizar obras ou serviços, segundo condições por ela estipuladas previamente, convoca interessados na apresentação de propostas, a fim de selecionar a que se revele mais conveniente em função de parâmetros antecipadamente estabelecidos e divulgados (...)". Portanto, o procedimento licitatório visa garantir a boa-fé das contratações entre a Administração Pública e particulares.

No ordenamento jurídico pátrio, a Lei Federal n.º 14.133/2021 veicula as normas gerais sobre licitação e contratos administrativos, em direta filiação ao que prevê o art. 37, inciso XXI da Carta Magna de 1998.

Assim, verifica-se que a licitação possui dupla finalidade, ou seja, ao mesmo passo em que objetiva a vantajosidade na seleção de propostas, visa também atingir tal desiderato obedecendo plenamente o tratamento isonômico entre os concorrentes.

A despeito da regra geral acima tratada, a legislação brasileira, em determinados casos, faculta ao administrador público a realização ou não do procedimento licitatório, haja vista razões de relevante interesse público e/ou outras circunstâncias expressamente contempladas pela lei como ensejadoras de dispensa ou de inexigibilidade.

O doutrinador Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, em Contratação Direta sem Licitação, Ed. Brasília Jurídica, 5ª Edição, p. 289:

"Para que a situação possa implicar dispensa de licitação, deve o fato concreto enquadrar-se no dispositivo legal, preenchendo todos os requisitos. Não é permitido qualquer exercício de criatividade ao administrador, encontrando-se as hipóteses de licitação dispensável previstas expressamente na lei, numerus clausus, no âmbito jurídico, querendo significar que são aquelas hipóteses que o legislador expressamente indicou que comportam dispensa de licitação".

Enfim, "dispensável é a licitação que pode deixar de ser promovida pelo agente administrativo em função do que melhor atenda ao interesse público", segundo o administrativista Jacoby.

No caso sob exame, pretende a contratação de empresa especializada em serviço de decoração, montagem e ornamentação da Câmara Municipal para sessão solene de posse dos Vereadores, Prefeito e Vice-Prefeito eleitos, que será realizada no dia 1º de janeiro de 2025. Tal contratação fundamenta-se no permissivo contido no art. 75, inciso II, da Lei Federal n.º 14.133/2021:

"Art. 75. É dispensável a licitação:

(...)

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;" (grifo meu)





PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA BARRA - MG

SETOR JURÍDICO

Trav. Ary Brasileiro de Castro, n.º 242 - Centro - CEP.:37.945-000 - Fone: (35) 3523-9101

CNPJ N.º 01.729.464/0001-04 / Inscrição Estadual: Isenta.

Email: secretaria@saojosedabarra.mg.leg.br

Site: www.saojosedabarra.mg.leg.br

Não obstante o valor representado no inciso do II do artigo 75 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, ser de cinquenta mil reais; o Decreto Federal nº 11.871, de 29 de dezembro de 2023, que atualizou os valores estabelecidos na referida lei, sendo este valor atualmente de **R\$ 59.906,02(cinquenta e nove mil, novecentos e seis reais e dois centavos)**.

No caso concreto considerando que mediante a determinação de tramitação do procedimento, fora realizado processo para fins de auferir preços no mercado, especialmente com levantamento de preços em sintonia com o disposto no art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2.021. Outrossim a respectiva pesquisa de preços fora concluída, restando demonstrado que o valor total auferido está recepcionado pelo art. 75, II c/c art. 176 da Lei Federal nº 14.133/2021, tem se pela sua regularidade. Ainda consta no processo manifestação financeira favorável, inclusive registrando a rubrica orçamentária pertinente a suportar a respectiva despesa.

De efeito, considerando o valor da contratação estar recepcionado pelo dispositivo legal acima indicado, restou analisado o cumprimento dos demais requisitos legais pela responsável para elaboração dos documentos necessários e obrigatórios.

Ademais, em que pese o disposto no art. 176 da Lei Federal nº 14.133/2021, publique a dispensa pelo prazo legal – 03(três) dias e, *a posteriori*, seja realizado o julgamento pelo agente de contratação.

PROCEDIMENTOS FORMAIS PARA A CONTRATAÇÃO

Instrução mínima ~~necessária~~ para as dispensas de licitação, de acordo com a nova lei de licitações e contratos administrativos.

O art. 72 da Lei Federal nº 14.133/2021 assim disciplina a condução dos processos administrativos voltados a contratações mediante dispensa de licitação:

“Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexistência e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:”

I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;

II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;

III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;

IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;

V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;

VI - razão da escolha do contratado;



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA BARRA – MG

SETOR JURÍDICO

Trav. Ary Brasileiro de Castro, n.º 242 - Centro - CEP.: 37.945-000 - Fone: (35) 3523-9101

CNPJ N.º 01.729.464/0001-04 / Inscrição Estadual: Isenta.

Email: secretaria@saojosedabarra.mg.leg.br

Site: www.saojosedabarra.mg.leg.br

VII - justificativa de preço:

VIII - autorização da autoridade competente.

Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial. "(grifo meu)."

No caso em análise, o processo para a contratação direta encontra-se instruído com o Documento de Formalização da Demanda, Termo de Referência, restando atendido o inciso I do artigo acima transcrito. Uma vez que o Estudo Técnico Preliminar e o Mapa de Risco deixaram de ser anexados em virtude da regulamentação, uma vez que se trata de baixo risco da contratação, conforme dispõe o § 1º do artigo 2º da Portaria nº 017/2024.

Passamos à análise dos documentos.

Em relação ao Termo de Referência (TR), verifica-se que as informações acerca da execução dos serviços a serem realizados é de baixa complexidade.

A Consolidação da Pesquisa de Preços foi apresentada às fls. 25 e 26. Ainda sob o aspecto da Consolidação da Pesquisa de Preços foi informado que o preço estimado considerou a pesquisa direta com fornecedores da região, uma vez que por tratar de serviço específico, com valores variando pelo tamanho da ornamentação, não permitindo uma pesquisa mais abrangente.

No que tange aos requisitos de habilitação e qualificação, a futura contratada deve demonstrar o atendimento aos requisitos de habilitação exigidos pelos arts. 67 a 69 da Lei Federal nº 14.133/2021, os quais podem ser substituídos por registro cadastral, consoante o art. 70, inciso II, do mesmo diploma legal. Neste aspecto, os documentos relativos à habilitação foram juntados aos autos às fls. 164 a 184, e estão, em sua maioria, a contento. Além disso, foi providenciada a junção da declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, estando em conformidade.

Há de observar que, quando da gestão e fiscalização do contrato necessário será a consulta das certidões acostadas, para verificação da permanência da regularidade da contratada; uma vez que algumas certidões possuem prazo de validade curtos.

Quanto à comprovação da disponibilidade de previsão orçamentária, verifica-se que foi acostada tanto na fase de planejamento, quanto na fase de decisão de escolha da contratada.

Registra-se também que já consta nos autos a Autorização do início do procedimento de contratação direta (fls. 03).

Da análise das propostas

No que tange aos aspectos finais para julgamento da proposta e finalização do procedimento para contratação, não posso deixar de mencionar observância dos princípios da Administração que devem ser estritamente observados, em especial os princípios da impessoalidade, da igualdade e da moralidade administrativa.

6





PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA BARRA - MG
SETOR JURÍDICO



Trav. Ary Brasileiro de Castro, n.º 242 - Centro - CEP.:37.945-000 - Fone: (35) 3523-9101

CNPJ N.º01.729.464/0001-04 / Inscrição Estadual: Isenta.

Email: secretaria@saojosedabarra.mg.leg.br

Site: www.saojosedabarra.mg.leg.br

Considerando que as ~~contratações~~ foram realizadas com fornecedores locais, e uma das propostas apresentadas pertence a ~~Sobrinha~~ do Prefeito eleito para gestão 2025/2028, embora seja a mais vantajosa em economia, diante da decisão do Supremo Tribunal Federal que em sede de decisão do Recurso Extraordinário nº 940552, culminou na repercussão geral reconhecida - Tema 1-001. A tese de repercussão geral fixada foi a seguinte:

“É constitucional o ato normativo municipal, editado no exercício de competência legislativa suplementar, que proíba a participação em licitação ou a contratação: (a) de agentes eletivos; (b) de ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança; (c) de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de qualquer destes; e (d) dos demais servidores públicos municipais”(grifo meu).

Diante deste fato, saliento que importante se atentar ao que ficou decidido pelo STF, embora não tenhamos lei municipal que proíba a participação em licitação ou a contratação com parentes em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau de agentes eletivos; prudente observar a repercussão geral da tese do STF.

CONCLUSÃO

Assim, com base nas disposições legais atinentes à matéria, há regularidade procedimental, emitindo-se este parecer em atendimento ao disposto no art. 53, § 4º da Lei Federal nº 14.133/2021.

A Câmara Municipal deverá observar a necessária divulgação da contratação no Portal Nacional de Contratações Públicas, nos termos do art. 94, II, da Lei Federal nº 14.133/2021, se for o caso; bem como no respectivo sítio eletrônico oficial, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

Ressalta-se que este parecer não é vinculativo aos elementos orçamentários/valores apresentados, sendo exclusivo ao aspecto técnico-jurídico.

Informa-se que os autos chegaram em 19/12/2024, saindo na data da assinatura física.

Retornem os autos ao Agente de Contratações, para providências necessárias.

É o Parecer.

Câmara Municipal de São José da Barra/MG, 20 de dezembro de 2024

Fabiana Junia de Carvalho
FABIANA JUNIA DE CARVALHO

OAB/MG 183.205

Assessora Jurídica da Câmara

Municipal de São José da Barra/MG



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA BARRA
SETOR DE COMPRAS



Trav. Ary Brasileiro de Castro, n.º 242 - Centro - CEP.:37.945-000 - Fone: (35) 3523-9101
CNPJ N.º01.729.464/0001-04 / Inscrição Estadual: Isenta.

Email: compras@saojosedabarra.mg.leg.br

Site: www.saojosedabarra.mg.leg.br

Memorando n° 079/2024

São José da Barra/MG, 27 de dezembro de 2024.

Ide: Michelle de Souza Cubas Paula – Agente de Contratação

Para: Larissa dos Santos Arruda Avelar – Controladora Interna da Câmara Municipal.

Assunto: ANÁLISE DO PROCESSO N° 019/2024-DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 014/2024

Venho através deste, solicitar análise do processo com auxílio das listas de verificação conforme a portaria n° 017/2024.

Processo Administrativo n° 019/2024, Dispensa de Licitação n° 014/2024 com 62 páginas, referente a contratação de empresa especializada em serviço de decoração, montagem e ornamentação da Câmara Municipal de São José da Barra/MG para sessão Solene de Posse de Prefeito Vice-Prefeito e os Vereadores eleitos.

Atenciosamente,

Michelle de Souza Paula
MICHELLE DE SOUZA CUBAS PAULA
Agente de Contratação; Portaria n° 018/2024
SETOR DE COMPRAS

Luci
27/12/2024
[Signature]



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA BARRA – MG
CONTROLE INTERNO

Trav. Ary Brasileiro de Castro, n.º 242 - Centro - CEP.:37.945-000 - Fone: (35) 3523-9101

CNPJ N.º 01.729.464/0001-04 / Inscrição Estadual: Isenta.

Email: secretaria@saojosedabarra.mg.leg.br

Site: www.saojosedabarra.mg.leg.br



ANEXO X – LISTA DE VERIFICAÇÃO – DISPENSAS – SERVIÇOS

I – LISTA DE VERIFICAÇÃO – DISPENSA PARA SERVIÇOS
II – PARECER CONTROLADORIA INTERNA

Processo Administrativo n.º: 019/2024

Dispensa n.º: 014/2024

Objeto: **Contratação de empresa especializada em serviço de decoração, motagem e ornamentação da Câmara Municipal de São José da Barra/MG para Sessão Solene de Posse de Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores eleitos.**

I – LISTA DE VERIFICAÇÃO

EVENTO	Indicação do local do	
	Atende plenamente a exigência?	processo em que foi atendida a exigência (doc. / fls. / link)

Houve abertura de processo administrativo?

Sim

Fl. 04.

Foi adotada a forma eletrônica para o processo administrativo ou, caso adotada forma em papel, houve a devida justificativa?

Sim

Fl. 04.

A autoridade competente designou os agentes públicos responsáveis pelo desempenho das funções essenciais à contratação?

Sim

Fls. 05 e 10.

Consta documento de formalização de demanda?

Sim

Fls. 12 a 14.

Foi certificado que objeto da contratação está contemplado no Plano de Contratações Anual?

Não

Não está previsto, pois o PCA ainda não foi elaborado pela Câmara Municipal.

Fl. 34.

Foi certificado que o objeto da contratação está compatível com a Lei de Diretrizes Orçamentárias?

Sim

Fl. 34.

Há Estudo Técnico Preliminar?

Não se aplica

O Estudo Técnico Preliminar contempla ao menos a descrição da necessidade, a estimativa do quantitativo, a estimativa do valor, a manifestação sobre o parcelamento e a manifestação sobre a viabilidade da contratação?

Não se aplica

Há Análise de Riscos?

Não se aplica

Fl. 13.

Caso não existam os Estudos Técnicos Preliminares ou a Análise de Riscos, houve manifestação justificando a ausência do documento?

Sim

Consta justificativa para a ausência dos itens não obrigatórios dos Estudos Técnicos Preliminares?

Não se aplica



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA BARRA – MG
CONTROLE INTERNO

Trav. Ary Brasileiro de Castro, n.º 242 - Centro - CEP.:37.945-000 - Fone: (35) 3523-9101

CNPJ N.º 01.729.464/0001-04 / Inscrição Estadual: Isenta.

Email: secretaria@saojosedabarra.mg.leg.br

Site: www.saojosedabarra.mg.leg.br



Há termo de referência?	Sim	Fls. 17 a 20.
Foi certificada a utilização de modelos de minutas padronizados de Termos de Referência, ou houve justificativa para sua não utilização?	Sim	Foram utilizadas as minutas padronizadas previstas na Portaria n° 017/2024
Sendo adotado modelo padronizado de termo de referência, foram justificadas e destacadas visualmente, no processo, eventuais alterações?	Não	O TR foi elaborado conforme modelo da Portaria n° 017/2024.
Foram utilizados os modelos padronizados de instrumentos contratuais, com eventuais alterações destacadas e justificadas?	Não	
Foi demonstrado que a previsão de recursos orçamentários é compatível com a despesa estimada?	Sim	Fls. 33 e 34.
Consta dos autos certificação acompanhada de comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e de qualificação mínima necessários?	Sim	Fls. 50 a 62.
Houve a autorização da autoridade competente?	Sim	Fls. 03 e 09.
Sendo adotado registro de preços, a contratação abrange mais de um órgão ou entidade?	Não	
Consta manifestação técnica justificando o enquadramento da contratação expressamente nas hipóteses do art. 75 da Lei 14.133/21?	Sim	Fls. 02 e 18.
Consta justificativa do preço baseada em pesquisa ou certificação de que a estimativa ocorrerá concomitantemente com a seleção da proposta mais vantajosa?	Sim	Fls. 28, 29; e 45.
Tratando-se de situação em que não é possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida nos §§ 1º, 2º e 3º do art. 23 da Lei 14.133/21, o contratado comprova por algum meio idôneo que os preços estão em conformidade com os praticados em contratações semelhantes de objetos de mesma natureza, tais como notas fiscais emitidas para outros contratantes no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Câmara?	Não se aplica	
Tratando-se de dispensa fundada nos incisos I ou II do art. 75 da Lei 14.133/21, foi demonstrado respeito ao limite de valor considerando o somatório do valor da contratação com o valor de outros objetos da mesma natureza contratados pela Câmara no mesmo exercício financeiro?	Não	Por se tratar de primeira contratação desta natureza, conforme consta no Termo de Abertura para elaboração do DFD, ETP, TR E CPP, fl. 11.
Tratando-se de dispensa fundada nos incisos I ou II do art. 75 da Lei 14.133/21, a autoridade declarou que a	Não	Foi dispensado o aviso, por se tratar de uma contratação



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA BARRA – MG
CONTROLE INTERNO

Trav. Ary Brasileiro de Castro, n.º 242 - Centro - CEP.:37.945-000 - Fone: (35) 3523-9101

CNPJ N.º 01.729.464/0001-04 / Inscrição Estadual: Isenta.

Email: secretaria@saojosedabarra.mg.leg.br

Site: www.saojosedabarra.mg.leg.br



contratação será precedida de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com atendimento da IN SEGES 67/21 para busca da proposta mais vantajosa?	com valor inferior a 10% do valor total de R\$ 59.000,00, conforme certidão em Fl. 44.
--	---

Houve manifestação quanto à observância do princípio
da padronização?

Consta informação do uso ou justificativa para não utilização de catálogo eletrônico de padronização?	Não Sim Fl. 13.
--	---------------------------

Foi certificado que os serviços a serem contratados se enquadram como as atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituam área de competência legal do órgão ou da entidade?	Sim Fls. 12 a 14.
--	----------------------

II – PARECER CONTROLADORIA INTERNA

Considerando o exposto, após análise deste Processo Administrativo n.º 019/2024, de forma também fundamentada e respaldada no Parecer Jurídico de fls. 37 a 43 deste Processo, opina-se pelo prosseguimento do presente processo, após observar as indicações constantes nos *checklists* acima, com relação à verificação e obrigatoriedade documental, OPINA FAVORÁVEL, para que se homologue e conclua o processo em análise.

Assim, atendidos os requisitos legais e administrativos transcritos, a **CONTROLADORIA INTERNA** desta Casa Legislativa, exara **PARECER OPINATIVO FAVORÁVEL** à homologação do Processo Administrativo n.º 019/2024.

Este é o parecer, salvo melhor juízo.

Câmara Municipal de São José da Barra/MG, 27 de dezembro de 2024.

LARISSA DOS SANTOS ARRUDA AVELAR
Controladora Interna; Portaria n.º 011/2023

J



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA BARRA – MG
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Trav. Ary Brasileiro de Castro, n.º 242 - Centro - CEP.:37.945-000 - Fone: (35) 3523-9101
CNPJ N.º01.729.464/0001-04 / Inscrição Estadual: Isenta.

Email: compras@saojosedabarra.mg.leg.br

Site: www.saojosedabarra.mg.leg.br

Memorando nº 080/2024

São José da Barra/MG, 30 de dezembro de 2024.

De: Michelle de Souza Cubas Paula – Agente de Contratação- Setor de compras.

Para: Deusmar Raimundo de Moraes – Vereador/ Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal.

Assunto: informação para homologação no processo de dispensa 019/2024

Venho por este, encaminha uma cópia do procedimento a Vossa Excelência, que a empresa Madalena Rosani Peres de Souza com o CNPJ:14.133.067/0001-09, foi a empresa mais vantajosa. Sendo assim encaminho o procedimento para Homologação do processo de dispensa 014/2024, informando que tratando-se de serviço de decoração, montagem e ornamentação da Câmara Municipal para sessão solene de Posse de Prefeito, Vice- Prefeito e Vereadores eleitos de São José da Barra/MG com 69 páginas e será feito por nota de empenho.

Atenciosamente,

Michelle Paula

MICHELLE DE SOUZA CUBAS PAULA
Agente de Contratação; Portaria nº 018/2024

Recebi

30/12/2024



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA BARRA – MG

Trav. Ary Brasileiro de Castro, n.º 242 - Centro - CEP.:37.945-000 - Fone: (35) 3523-9101
CNPJ N.º01.729.464/0001-04 / Inscrição Estadual: Isenta.

Email: compras@saojosedabarra.mg.leg.br

Site: www.saojosedabarra.mg.leg.br

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE DECORAÇÃO, MONTAGEM E ORNAMENTAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL PARA SESSÃO SOLENE DE POSSE DE PREFEITO, VICE-PREFEITO E VEREADORES ELEITOS DE SÃO JOSÉ DA BARRA/MG

O Presidente da Câmara Municipal de São José da Barra/MG, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente constante no preâmbulo do Procedimento de Licitação n.º 014/2024, Processo Administrativo n.º 019/2024, após análise, conferência e deliberação, resolve HOMOLOGAR o procedimento em epígrafe, nos seguintes termos:

Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços de decoração e ornamentação da Câmara Municipal.

Fornecedor Estimado Homologado:

.CNPJ: 14.133.067/0001-09

Total: R\$1.800,00 (um mil e oitocentos reais)

Descrição: Contratação de empresa especializada em serviços de decoração e ornamentação da Câmara Municipal para sessão solene de Posse de Prefeito, Vice- Prefeito e Vereadores eleitos de São José da Barra/MG.

São José da Barra/MG, 30 de dezembro de 2024.

Vereador Deusmar Raimundo de Moraes

Presidente da Câmara Municipal de São José da Barra/MG.



CAMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSE DA BARRA

Travessa Ary Brasileiro de Castro, 242 - BAIRRO Centro - São José da Barra
CEP 37945-000 FONE: (35) 3523-9101 CNPJ: 01.729.464/0001-04

Autorização de Empenho
Nº 000025/2024

20/12/2024



Secretaria	CAMARA MUNICIPAL	Processo	000020/2024
Origem	Dispensa Nº 000014/2024	Termo/Contrato	
Dotação	01001001.0103100034.002.33903900000.15000000000	Ficha-Fonte	00013-15000000000
Descrição	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA JURIDICA	Empenho	Ordinário
Fornecedor	MADALENA ROSANI PERES DE SOUZA	CNPJ	14.133.067/0001-09
Endereço	Rua Cristais 338, 361 - Furnas - São José da Barra - MG - CEP: 37945000	Telefone	9999999999

Justificativa
contratar empresa especializada em ornamentação e decoração para posse do Prefeito e Vice-Prefeito e Vereadores eleitos

Item	Código	Especificação	Unidade	Quantidade	Marca	Unitário	Valor Total
00001	00001038	SERVICOS DE ORNAMENTACAO	SERVICOS DE	1		1.800,0000	1.800,00
Total Geral							1.800,00

Observação:

Michellos Paulo
SETOR COMPRAS / SETOR REQUISITANTE



MUNICÍPIO SAO JOSE DA BARRA
CAMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSE DA BARRA
MINAS GERAIS
01.729.464/0001-04
NOTA DE EMPENHO Nº 0000311/2024



O ordenador da Despesa, para efeito de execução orçamentária nos termos da legislação vigente, determina que seja empenhada, neste exercício, a importância a seguir especificada.

Exercício : 2024	Tipo: Ordinário
Ficha : 0000013	Data : 20/12/2024
Processo : 0000020/2024	Valor : 1.800,00
Despesa:	
Autorização de Empenho Nº: 000025/2024	

Órgão : 01001 - Câmara Municipal
Unidade Orçamentária : 001 - Câmara Municipal
Função : 01 - LEGISLATIVA
Subfunção : 031 - AÇÃO LEGISLATIVA
Programa : 0003 - Manutenção das Atividades da Câmara
Projeto/Atividade : 4.002 - Manutenção das Atividades da Câmara Municipal
Elemento de Despesa : 33903900000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
Fonte de Recurso : 15000000000 - Recursos não Vinculados de Impostos - (Livre)

Favorecido : 13152 - MADALENA ROSANI PERES DE SOUZA	CNPJ/CPF : 14.133.067/0001-09
Bairro : Furnas	Cidade : São José da Barra
Endereço : RUA Cristais 338	UF : Minas Gerais
Telefone Fixo: 9999999999	PIS PASEP :
Celular:	

Histórico : contratar empresa especializada em ornamentação e decoração para posse do Prefeito e Vice-Prefeito e Vereadores eleitos

Subelemento: 33903999000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA JURÍDICA					
Saldo Anterior	12.497,05	Despesa Empenhada	1.800,00	Saldo Disponível	10.697,05
(um mil oitocentos reais)					
Dispensa/Inexigibilidade :	114 - Lei 14.133/2021, Dispensa, Art. 75, I		Número Proc. Dispensa/Inexigibilidade : 000014/2024		
ITENS DO EMPENHO					
Descrição	Unidade	Quantidade	Vir Unitário	Total	
SERVICOS DE ORNAMENTACAO - SERVICOS DE ORNAMENTACAO	SV	1,00	1.800,0000	1.800,00	
TOTAL			1.800,00		
Local/Data/Assinaturas					
São José da Barra, 20 de dezembro de 2024					

MARCO ANTÔNIO P. COELHO
CONTADOR